

DE 1985 A 1992, TRÊS FASES DE UM PROCESSO DE CORRUPÇÃO E TROCA DE FAVORES

■ **FASE 1** — O primeiro período, de 1985 a 1988, foi marcado pela impossibilidade de o Congresso emendar o Orçamento. Os operadores do “esquema” eram reduzidos a dois ou três parlamentares que detinham o poder de assinar pedidos de liberação de recursos. Nesta fase, os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento do Congresso investiram num relacionamento íntimo e de “troca de favores” com o Executivo. Na época, surgiram as dotações globais do Orçamento, que previam recursos para as subvenções sociais.

O núcleo de poder nessa fase era formado pelos deputados Cid Carvalho (PMDB-MA), Genebaldo Correia (PMDB-BA) Felipe

Mendes (PPR-PI), João Alves (sem-partido-BA), senador Saldaña Derzi (PRN-MS) e o então senador Edison Lobão, atual governador do Maranhão.

■ **FASE 2** — Com a promulgação da Constituição de 1988, o esquema que se apossou da Comissão de Mista de Orçamento começou a viver o seu melhor período, apelidado como a fase do deslumbramento por integrantes da subcomissão de emendas. Autorizados a alterar a proposta orçamentária apresentada pelo Executivo, os parlamentares passaram a atuar de três formas: alocando recursos adicionais às dotações globais de caráter tradicional; criação de projetos de conteúdo genéricos (como infra-

estrutura social e urbana); e transferência de recursos para programas que detinham o controle das liberações.

De 1988 a 1991, fazem parte do núcleo de poder os seguintes parlamentares: deputados Cid Carvalho (PMDB-MA), Genebaldo Correia (PMDB-BA), Eraldo Tinoco (PFL-BA), Felipe Mendes (PPR-PI), João Alves (PPR-BA), José Carlos Vasconcelos (PRN-PE), José Geraldo (PMDB-MG), Paes Landim (PFL-PI) e Ubiratan Aguiar (PMDB-CE).

■ **FASE 3** — Iniciada em 1991, após denúncia de corrupção feita pelo GLOBO, que revelou a existência do grupo dos “sete anos” do Orçamento, esta fase é marcada pela substituição de parte dos integrantes do núcleo

de poder. O cerco fechado em torno da comissão levou as empreiteiras a atuarem de forma mais organizada para conseguir a liberação de recursos para obras de seu interesse. Neste período, a característica marcante foi a aprovação de verbas para obras do interesse de grandes empreiteiras, sobretudo para execução através de governos estaduais e municipais.

Os parlamentares do núcleo de poder, segundo o relatório, são os deputados: Eraldo Tinoco (PFL-BA), Felipe Mendes (PPR-PI), Genebaldo Correia (PMDB-BA), José Geraldo (PMDB-MG), José Luiz Maia (PPR-PI), Messias Góis (PFL-SE) e Paes Landim (PFL-PI).